



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024

MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2024

Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO** com objetivo de **REGISTRO DE PREÇO** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC**, de acordo com anexo VII, Termo de Referência do edital.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com Sistema de **REGISTRO DE PREÇO**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **05 DE JULHO DE 2024** às **08H: 01MIN**, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às **08H:01MIN**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

- **DO FUNDAMENTO LEGAL**

DO PREGÃO

O Pregão é definido pela Lei nº 14.133/2021, no seu inciso XLI do artigo 6º, como a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”.



A definição de bens e serviços comuns está prevista no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021: “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”

DO REGISTRO DE PREÇO

É o procedimento, previsto no art. 78, IV, da Lei n. 14.133/2021, cujo a Administração pode adotar para compras rotineiras de bens padronizados ou mesmo na obtenção de serviços. Trata-se de procedimento auxiliar do processo licitatório em que as propostas serão registradas tendo em vista futuras contratações.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a contratação para o fornecimento dos seguintes produtos/serviços, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo VII):

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO ADULTO DIGITAL, GTHEC BSP11	UND	02	R\$ 74,5	R\$ 149,00
2	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO ADULTO MANUAL, MEDICAT	UND	02	R\$ 144,66	R\$ 289,32
3	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL, PREMIUM	UND	02	R\$ 71,33	R\$ 142,66
4	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO OBESO MANUAL, PREMIUN	UND	02	R\$ 71,33	R\$ 142,66



5	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO ELETROCARDIOGRAMA, CMOS-DRAKE-ELISHA	UND	02	R\$ 225,75	R\$ 451,50
6	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO ELETROCARDIOGRAMA, SMARTMED/WINCARDIO	UND	02	R\$ 225,75	R\$ 451,50
7	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO ADULTO DIGITAL, MULTILASER HC090	UND	02	R\$ 45,00	R\$ 90,00
8	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO ADULTO DIGITAL, OMRON HEM 7122	UND	02	R\$ 45,00	R\$ 90,00
9	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO ADULTO MANUAL, PREMIUN	UND	02	R\$ 55,00	R\$ 110,00
10	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO DIGITAL, GTECH	UND	02	R\$ 45,00	R\$ 90,00
11	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO MANUAL, MEDCATE	UND	02	R\$ 55,00	R\$ 110,00
12	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA ASPIRADORA VÁCUO, NEVONI 1001 VF-PE	UND	02	R\$ 135,75	R\$ 271,50
13	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA AUTOCLAVE, FLEX 75 LITROS	UND	02	R\$ 401,66	R\$ 803,32



14	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA AUTOCLAVE, MESA DIGITAL MODELO 1.2	UND	02	R\$ 348,33	R\$ 696,66
15	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA BALANÇA ADULTA, MICHELETI MODELO MIC200PPA	UND	02	R\$ 178,33	R\$ 356,66
16	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA BALANÇA CRIANÇA, BALMAK MOELO ELP 25BB	UND	02	R\$ 165,00	R\$ 330,00
17	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA BOMBA DE INFUSÃO, MDK MED	UND	02	R\$ 196,00	R\$ 392,00
18	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CARDIOVERSOR, VAI VIM	UND	02	R\$ 255,00	R\$ 510,00
19	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA COLPOSCÓPIO BINOCULAR, PE 7000F PEJ	UND	02	R\$ 158,00	R\$ 316,00
20	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA DEA(DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO), LIFE 400	UND	02	R\$ 273,33	R\$ 546,66
21	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA FOCO DE LUZ, GAHALUMY	UND	02	R\$ 90,00	R\$ 180,00
22	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA FOCO DE LUZ, VAGALUMY	UND	02	R\$ 90,00	R\$ 180,00
23	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA GLICOSÍMETRO, ACCU-CHECK MODELO MGB	UND	02	R\$ 90,00	R\$ 180,00
24	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO	UND	02	R\$ 90,00	R\$ 180,00



	PREVENTIVA GLICOSÍMETRO, ACCU-CHEK-ACTIVE				
25	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA MONITOR DE TRIAGEM, VAI VIM	UND	02	R\$ 280,00	R\$ 560,00
26	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA MONITOR MULTIPARÂMETROS, MODELO K12 CREATIVE MEDICALE	UND	02	R\$ 232,50	R\$ 465,00
27	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA NEBULIZADOR DE CHÃO, INALATION	UND	02	R\$ 97,50	R\$ 195,00
28	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA NEBULIZADOR DE MESA, GTECH	UND	02	R\$ 90,00	R\$ 180,00
29	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OFTALMOSCÓPIO, RI-MINI RIESTER	UND	02	R\$ 80,00	R\$ 160,00
30	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OTOSCÓPIO, MD LED	UND	02	R\$ 80,00	R\$ 160,00
31	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DE DEDO, CHOICEMED MD 288C1C	UND	02	R\$ 126,66	R\$ 253,32
32	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DE DEDO, MULTILASER MOX06	UND	02	R\$ 126,66	253,32
33	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DE MESA, ALFAMED CS01	UND	02	R\$ 150,25	R\$ 300,50



34	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DEDO, STI MEDICA	UND	02	R\$ 126,66	R\$ 253,32
35	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO MESA, VT100	UND	02	R\$ 150,25	R\$ 300,50
36	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA SONAR DOPLER DIGITAL, FD 200B	UND	02	R\$ 105,00	R\$ 210,00
37	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA SONAR, FD 200B	UND	02	R\$ 105,00	R\$ 210,00
38	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA TERMÔMETRO DIGITAL, BIOLAND	UND	02	R\$ 58,00	R\$ 116,00
39	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA TERMÔMETRO DIGITAL, BIOLAND E127	UND	02	R\$ 58,00	R\$ 116,00
40	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO RAIOS X MÓVEL, GNATUS	UND	02	R\$ 400,00	R\$ 800,00
41	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CADEIRA ODONTOLÓGICA, KAVO DENTAL EXCELLENCE	UND	02	R\$ 390,00	R\$ 780,00
42	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CÂMARA FRIA, ELBER, CSV, 150 LITROS	UND	02	R\$ 990,00	R\$ 1.980,00
43	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CÂMARA FRIA, MARCA	UND	02	R\$ 1.245,00	R\$ 2.490,00



	BIOTECNO, MODELO BT 1100/340				
44	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CENTRÍFUGA LABORATORIAL, DAIKI 80-2B-1000RPM	UND	02	R\$ 148,33	R\$ 296,66
45	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA COMPRESSOR DE AR, DENTEMED 40 LITROS	UND	02	R\$ 100,00	R\$ 200,00
46	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA COMPRESSOR DE AR, NEVONI 1001 VF-PE	UND	02	R\$ 121,66	R\$ 243,32
47	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA SELADORA, CONTINUA REGISTRON RG FR0900	UND	02	R\$ 137,5	R\$ 275,00
48	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA TABLETS, SAMSUNG	UND	02	R\$ 90,00	R\$ 180,00
49	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA ULTRASSON DENTAL, JETLAX SONIC SHUCTER	UND	02	R\$ 190,00	R\$ 380,00
50	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA ULTRASSON TERAPÊUTICO, IBAMED	UND	02	R\$ 215,00	R\$ 430,00
VALOR TOTAL		R\$ 18.847,38			

A entrega dos produtos ou **realização dos serviços** deverá ser feita após a ordem de fornecimento ou assinatura do contrato, em horário e local designado pelo contratante, devendo comunicar-se previamente com o fiscal do contrato, para que este acompanhe a entrega (**se for o caso**).

1.1. DO REGISTRO DE PREÇO



As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do **pregão na forma eletrônica**.

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.3.6. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital, observando-se as devidas ressalvas e benefícios conferidos às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar 123/2006.

2.3.7. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).



3. ENVIO DAS PROPOSTAS¹

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema **ELETRÔNICO**, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais.

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei².

3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas³.

3.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, somente terão direito aos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006 as empresas que a declararem no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

3.2.4. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte⁴.

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

¹ Nos termos do art. 63, II, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

² Art.63, I.

³ Art.63, IV.

⁴ Art.4º, §2º.



3.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo estipulado pelo mesmo.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 dias úteis, a contar da data de abertura da sessão do prego, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – **Modelo de Proposta Comercial**, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo **marca**⁵ (se necessário/ou solicitado), modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. A proposta deverá conter o **PREÇO UNITÁRIO** e o **PREÇO TOTAL de cada item ofertado**, expresso em reais com, no máximo, 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

4.4. A proposta vencedora será aquela que oferecer o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme Termo de Referência.

4.5. Deverão estar incluídos, no valor de cada encomenda mensal, todos os custos diretos e indiretos para a entrega do objeto da contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custos de emissão dos cartões, custo de instalação de equipamentos de carga e recarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, entre outros que sejam necessários para a execução total e completa do objeto da contratação, sem que caiba à contratada, em qualquer caso, direito regressivo em relação a Prefeitura Municipal de Belmonte-SC.

4.6. No campo **"MARCA"** da proposta eletrônica, deverá ser especificada uma única marca e modelo para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo "diversas" "marcas diversas", ou quaisquer outras, **EXCETO** para contratação de serviços e em casos que a

⁵ Avaliar de acordo com o mercado se há indicação da marca, neste momento, poderá levar a identificação dos licitantes. Se for esse o caso, exigir a marca apenas do vencedor.



empresa seja a própria fabricante do objeto licitado podendo-se especificar como “MARCA PRÓPRIA”.

4.7. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

4.8. No campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM” da proposta eletrônica, deverão ser incluídas somente informações que complementem a especificação do produto/ e ou serviço.

4.9. O pregoeiro poderá convocar técnicos da (s) área (s) pertinente(s) ao objeto/e ou serviço licitado, quando houver necessidade de emitir parecer técnico, para garantir que as propostas apresentadas atendam as especificações mínimas exigidas referentes ao objeto licitado.

4.10. Caso a proposta ofertada pela licitante vencedora do certame não atenda às características exigidas neste edital, serão convocadas pela ordem de classificação, tantas licitantes quanto forem necessárias, até que se consiga adjudicar o licitante vencedor

OBS.: Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, **excepcionalmente**, nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 14.133/2021, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante procedimento de pré-qualificação.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no **item 3** deste Edital:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d)** cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e)** Declaração da proponente de que não pesa contra si, declaração de idoneidade (**Anexo V**).



f) Quanto as microempresas e empresas de pequeno porte que tenham interesse em participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar a documentação a seguir:

- I. Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante ou Certidão do Registro Civil de Pessoa Jurídica, emitida em até 90 (noventa) dias da data do registro da proposta.
- II. Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (**Anexo VI**). A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- III. A não apresentação dos documentos de que tratam a alínea “ f ” do item 5.1 leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou que não se enquadram nesta categoria jurídica.
- IV. As empresas que não se enquadrarem como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte estão dispensadas da apresentação dos documentos exigidos pela alínea “ f “.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- b) Regularidade perante a Fazenda **FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL** da sede da empresa licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao **FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**);
- e) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- f) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, entretanto, ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida no edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, **sob pena de inabilitação**.



g) Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista de microempresa e/ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, do qual o termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, nos termos do art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

h) A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a [120] dias da data designada para a apresentação do documento.

5.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis (**se solicitado**) pelo balanço de abertura⁶.

5.3.4. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.3.4.1. A substituição referida no item 5.3.4. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.3.5. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.2.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

⁶ Art.65, §1º.



- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas⁷.

- **Art. 64.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
 - **I** - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
 - **II** - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- habilitação e classificação.

5.2.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação⁸.

5.2.5. A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento (necessário que o órgão público regulamente essa possibilidade)⁹.

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa deverá atender os seguintes requisitos:

5.4.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que já forneceu serviços compatíveis com o descrito neste edital.

5.4.2. Apresentar Certidão de Registro da Pessoa Jurídica, indicando o nome de seu Responsável Técnico, com graduação em Engenharia Mecânica ou Eletricista, devidamente registrado no CREA, atualizado.

5.4.3. Comprovar o vínculo empregatício do responsável técnico com a empresa licitante, podendo ser por meio de apresentação da CTPS, Contrato de Trabalho autenticado em cartório competente ou ainda, Registro como responsável técnico, na Certidão emitida pelo CREA/CAU.

⁷ Art. 64, I e II.

⁸ Art. 64, §1º.

⁹ Art.65, §2º.



6. VEDAÇÕES

6.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e)** agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.¹⁰

7.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato¹¹.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

¹⁰ Art. 9º, § 1º.

¹¹ Art. 48, parágrafo único.



8.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

8.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

9.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.



9.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

9.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.7.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$1,00(um)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

9.7.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

9.7.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.8 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10. MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado o modo de **DISPUTA ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos e as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação, observando as regras constantes no item 8.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará **10 (dez)** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.



10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

11.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

11.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

11.1.4. O disposto no item 11.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.



11.2. Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem¹²:

- a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;
- c)** desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
- b)** empresas brasileiras;
- c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- e)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11.4. Caso persista o empate, o desempate se dará por sorteio.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

¹² Conforme o disposto no Art. 60.



12.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2. e 5.3. 5.4, enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

13.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, **em 5 (cinco) dias úteis**, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

14. RECURSO

14.1. Caberá recurso, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:



- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.¹³

- **Art. 168.** *O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.*
- **Parágrafo único.** *Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.*

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

¹³ Art. 168.



15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a)** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b)** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c)** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d)** adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o **TERMO DE CONTRATO E OU/ATA DE REGISTRO DE PREÇO** ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 15 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 16.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o



descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16.7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.8. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 15 dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a). A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b). A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

16.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

16.11. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.12. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.14. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O **prazo de vigência** da ata de registro de preços será de **1 (um) ano**, contado a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.¹⁴

¹⁴ O prazo de vigência do contrato de fornecimento de bens segue a regra do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, isto é, deve, obrigatoriamente, findar, no máximo, em 31 de dezembro do exercício em que for celebrado.



18. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na dotação orçamentária do ano de 2024.

18.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

18.3. O pagamento será efetuado na semana subsequente a realização dos serviços.

18.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o **Anexo VII, Termo de Referência do Edital**.

19.2. Os materiais e/ou serviços deverão ser entregues no local indicado pela Administração ou a Secretaria Solicitante.

19.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos e/ou serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de **15 dias úteis**, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

19.4. O material a ser entregue (**quando for o caso**) deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

19.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

19.6. O objeto licitado deverá ser entregue pela licitante pelo valor aprovado no processo, sendo vedada a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado.

19.7. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;



- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções¹⁵:

- a)** advertência;
- b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

¹⁵ Art. 156 ... § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(...)

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo **regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.**



c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos¹⁶.

20.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.6. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.7. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

¹⁶ OBS.: A sanção estabelecida na alínea “d” do item 19.2 do presente Edital será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras (ART. 156, § 6º):

a) quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

b) quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente à autoridade referida na alínea “a”, supra referida, na forma de regulamento.



20.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 20.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no mesmo site eletrônico no item referido acima.



22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de **Brasília - DF**.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://belmonte.sc.gov.br/>.

22.11. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

22.12. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

22.13. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.



22.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Modelo de Proposta (Especificações e quantidades) e declaração de integralidade da proposta anexa;

Anexo II - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação (modelo);

Anexo III - Declaração de cumprimento do Disposto No Inciso XXXIII Do Art. 7º Da Constituição Federal (modelo);

Anexo IV - Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou com grau de parentesco proibitivo com a administração pública municipal (modelo);

Anexo V - Declaração da proponente de que não pesa contra si, declaração de idoneidade

Anexo VI - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VII - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar conjunto;

Anexo VIII - Minuta de Ata de Registro de Preços

Anexo IX - Minuta de Termo de Contrato

22.15. Fica eleito o Foro da Comarca de Descanso-SC para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Belmonte - SC, 21 de junho de 2024.

Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

TEREZINHA F. P. KLEIN
OAB/SC 36.087
Visto Jurídico



ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2024
Modelo de proposta de preços

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossas Senhorias nossa proposta de preços, acatando todas as especificações consignadas no edital de licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024** e seus anexos, conforme abaixo:

EMPRESA:
ENDEREÇO: TEL.:
CIDADE: INSC.
MUNIC.:
CNPJ: INSC. EST.:
UF:
CONTA BANCÁRIA:
E-MAIL:

Colar tabela abaixo com os itens de acordo com cada entidade e as características estabelecidas no Termo de Referência do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024**.

Valor Global Total: R\$ _____ (_____).

Declaramos que:

1) Nossos preços propostos já estão incluídas todas as despesas, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal, materiais e equipamentos necessários para entrega dos materiais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, contados da data-limite para a entrega das propostas.

_____, de _____ de 2024.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



ANEXO II
DECLARAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122024
(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

Empresa: _____, inscrito no CNPJ nº ____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº ____ e do CPF nº ____, DECLARA, para fins do disposto no item 4.1 do Capítulo IV do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024** que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação

_____, de _____ de 2024.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



**ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2024**

"M O D E L O"

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
C.N.P.J.
ENDEREÇO**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

Para fins de participação, no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024** em cumprimento com o que determina o inciso XXXIII do art. 7º da CF/88, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, de _____ de 2024.

**Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)**



ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2024
“MODELO PADRÃO – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA”

DECLARAÇÃO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Ref.: Licitação Pregão Eletrônico nº 04/2024.

o, inscrito no CNPJ n, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade noe do CPF no, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 04/2024**, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de BELMONTE, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.

Local e Data

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2024

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Razão Social da Empresa) _____, CNPJ Nº _____,
sediada na (endereço completo) _____,

DECLARA, sob as penas da lei, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Município de _____, dia ____ de _____ de 202__.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2024

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Razão Social da Empresa) _____, CNPJ Nº _____,
sediada na (endereço completo) _____, DECLARA, sob as penas da lei, sem
prejuízo das sanções e multas previstas no edital, que se enquadra como MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, e, ainda que no ano
calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos
valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como
empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da
referida Lei.

Município de _____, dia ____ de _____ de 202__.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2024

TERMO DE REFERÊNCIA
PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

1. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

A contratação dos serviços de calibração e manutenção de equipamentos hospitalares para a Unidade Básica de Saúde do Município de Belmonte/SC é fundamental para assegurar a qualidade e a eficácia dos serviços de saúde prestados à comunidade. Equipamentos médicos precisam estar em perfeitas condições de funcionamento para garantir diagnósticos precisos, tratamentos eficientes e a segurança dos pacientes.

A calibração periódica desses equipamentos é essencial para garantir a precisão dos resultados obtidos, especialmente em procedimentos sensíveis como medições de pressão arterial, níveis de oxigênio no sangue e atividade elétrica do coração. Qualquer desvio na calibração desses dispositivos pode resultar em diagnósticos errôneos ou em tratamentos inadequados, colocando em risco a saúde e a vida dos pacientes.

Além disso, a manutenção preventiva dos equipamentos é crucial para evitar falhas inesperadas durante procedimentos médicos, o que poderia resultar em atrasos no atendimento, interrupções nos tratamentos ou até mesmo acidentes graves. A falta de manutenção adequada também pode reduzir a vida útil dos equipamentos, aumentando os custos a longo prazo e comprometendo a qualidade dos serviços de saúde oferecidos pela Unidade Básica de Saúde.

Portanto, a contratação de uma empresa especializada para realizar a calibração e manutenção dos equipamentos hospitalares é uma medida preventiva e proativa, que visa garantir a qualidade, a segurança e a eficiência dos serviços de saúde prestados à população de Belmonte/SC. Investir na manutenção regular desses equipamentos é investir na saúde e no bem-estar dos cidadãos, promovendo uma assistência médica de excelência e contribuindo para a qualidade de vida da



comunidade.

3. LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS/SERVIÇOS E PRAZO

- I. A prestação do serviço se dará na Unidade básica de Saúde de Belmonte/SC, mediante previa notificação notificação da secretaria a empresa licitada, no seguinte Horário: 7:25 às 11:25 e das 12:55 às 16:55.
- II. A prestação dos serviços deverá se dar em até 03 (três) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

4. FORMA DE PAGAMENTO

- I. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na dotação orçamentária do ano de 2024
- II. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- III. O pagamento será efetuado em até 15 dias, após a realização ou entrega dos serviços/objetos.
- IV. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.
- V. A contratante reserva-se no direito de suspender o pagamento se o objeto estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

GESTOR

Juliana Scaranti – Secretária Municipal de Saúde

FISCAL

Taina Luiza Bervig- Enfermeira

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do objeto da presente licitação, correrão à conta da prevista(s) na Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2024.



7. ESTIMATIVA DO VALOR

7.1. O valor máximo estimado será de **R\$ 18.847,38** (dezoito mil oitocentos e quarenta e sete reais com trinta e oito centavos)

8. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

8.1.1. O critério de julgamento será **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.2. TABELA DE VALORES DE REFERÊNCIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO ADULTO DIGITAL, GTHEC BSP11	UND	02	R\$ 74,5	R\$ 149,00
2	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO ADULTO MANUAL, MEDICAT	UND	02	R\$ 144,66	R\$ 289,32
3	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL, PREMIUM	UND	02	R\$ 71,33	R\$ 142,66
4	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO OBESO MANUAL, PREMIUN	UND	02	R\$ 71,33	R\$ 142,66
5	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO ELETROCARDIOGRAMA, CMOS-DRAKE-ELISHA	UND	02	R\$ 225,75	R\$ 451,50
6	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO ELETROCARDIOGRAMA, SMARTMED/WINCARDIO	UND	02	R\$ 225,75	R\$ 451,50
7	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO	UND	02	R\$ 45,00	R\$ 90,00



	ADULTO DIGITAL, MULTILASER HC090				
8	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO ADULTO DIGITAL, OMRON HEM 7122	UND	02	R\$ 45,00	R\$ 90,00
9	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO ADULTO MANUAL, PREMIUN	UND	02	R\$ 55,00	R\$ 110,00
10	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO DIGITAL, GTECH	UND	02	R\$ 45,00	R\$ 90,00
11	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO MANUAL, MEDCATE	UND	02	R\$ 55,00	R\$ 110,00
12	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA ASPIRADORA VÁCUO, NEVONI 1001 VF-PE	UND	02	R\$ 135,75	R\$ 271,50
13	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA AUTOCLAVE, FLEX 75 LITROS	UND	02	R\$ 401,66	R\$ 803,32
14	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA AUTOCLAVE, MESA DIGITAL MODELO 1.2	UND	02	R\$ 348,33	R\$ 696,66
15	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA BALANÇA ADULTA, MICHELETI MODELO MIC200PPA	UND	02	R\$ 178,33	R\$ 356,66
16	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA BALANÇA CRIANÇA, BALMAK MOELO ELP 25BB	UND	02	R\$ 165,00	R\$ 330,00
17	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO	UND	02	R\$ 196,00	R\$ 392,00



	PREVENTIVA BOMBA DE INFUSÃO, MDK MED				
18	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CARDIOVERSOR, VAI VIM	UND	02	R\$ 255,00	R\$ 510,00
19	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA COLPOSCÓPIO BINOCULAR, PE 7000F PEJ	UND	02	R\$ 158,00	R\$ 316,00
20	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA DEA(DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO), LIFE 400	UND	02	R\$ 273,33	R\$ 546,66
21	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA FOCO DE LUZ, GAHALUMY	UND	02	R\$ 90,00	R\$ 180,00
22	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA FOCO DE LUZ, VAGALUMY	UND	02	R\$ 90,00	R\$ 180,00
23	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA GLICOSÍMETRO, ACCU- CHECK MODELO MGB	UND	02	R\$ 90,00	R\$ 180,00
24	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA GLICOSÍMETRO, ACCU- CHEK-ACTIVE	UND	02	R\$ 90,00	R\$ 180,00
25	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA MONITOR DE TRIAGEM, VAI VIM	UND	02	R\$ 280,00	R\$ 560,00
26	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA MONITOR MULTIPARÂMETROS, MODELO K12 CREATIVE MEDICALE	UND	02	R\$ 232,50	R\$ 465,00
27	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA NEBULIZADOR DE CHÃO,	UND	02	R\$ 97,50	R\$ 195,00



	INALATION				
28	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA NEBULIZADOR DE MESA, GTECH	UND	02	R\$ 90,00	R\$ 180,00
29	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OFTALMOSCÓPIO, RI-MINI RIESTER	UND	02	R\$ 80,00	R\$ 160,00
30	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OTOSCÓPIO, MD LED	UND	02	R\$ 80,00	R\$ 160,00
31	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DE DEDO, CHOICEMED MD 288C1C	UND	02	R\$ 126,66	R\$ 253,32
32	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DE DEDO, MULTILASER MOX06	UND	02	R\$ 126,66	253,32
33	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DE MESA, ALFAMED CS01	UND	02	R\$ 150,25	R\$ 300,50
34	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DEDO, STI MEDICA	UND	02	R\$ 126,66	R\$ 253,32
35	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO MESA, VT100	UND	02	R\$ 150,25	R\$ 300,50
36	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA SONAR DOPLLER DIGITAL, FD 200B	UND	02	R\$ 105,00	R\$ 210,00
37	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA SONAR, FD 200B	UND	02	R\$ 105,00	R\$ 210,00



38	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA TERMÔMETRO DIGITAL, BIOLAND	UND	02	R\$ 58,00	R\$ 116,00
39	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA TERMÔMETRO DIGITAL, BIOLAND E127	UND	02	R\$ 58,00	R\$ 116,00
40	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO RAIOS X MÓVEL, GNATUS	UND	02	R\$ 400,00	R\$ 800,00
41	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CADEIRA ODONTOLÓGICA, KAVO DENTAL EXCELLENCE	UND	02	R\$ 390,00	R\$ 780,00
42	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CÂMARA FRIA, ELBER, CSV, 150 LITROS	UND	02	R\$ 990,00	R\$ 1.980,00
43	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CÂMARA FRIA, MARCA BIOTECNO, MODELO BT 1100/340	UND	02	R\$ 1.245,00	R\$ 2.490,00
44	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CENTRÍFUGA LABORATORIAL, DAIKI 80-2B-1000RPM	UND	02	R\$ 148,33	R\$ 296,66
45	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA COMPRESSOR DE AR, DENTEMED 40 LITROS	UND	02	R\$ 100,00	R\$ 200,00
46	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA COMPRESSOR DE AR, NEVONI 1001 VF-PE	UND	02	R\$ 121,66	R\$ 243,32



47	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA SELADORA, CONTINUA REGISTRON RG FR0900	UND	02	R\$ 137,5	R\$ 275,00
48	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA TABLETS, SAMSUNG	UND	02	R\$ 90,00	R\$ 180,00
49	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA ULTRASSON DENTAL, JETLAX SONIC SHUCTER	UND	02	R\$ 190,00	R\$ 380,00
50	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA ULTRASSON TERAPÊUTICO, IBAMED	UND	02	R\$ 215,00	R\$ 430,00
VALOR TOTAL		R\$ 18.847,38			

1.2. Objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 199/2023.

1.3. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como **COMUNS**.

1.4. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

2.1. GESTÃO DO CONTRATO

- a) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- b) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- c) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- d) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



- e) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- f) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- g) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor.
- h) O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- i) Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

2.2. Será de responsabilidade da empresa contratada (o):

- a) Executar os serviços nas condições e nos preços mencionados acima; Os serviços deverão atender as especificações relacionadas nos descritivos de cada item;
- b) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;
- c) Todas as despesas de tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, locomoção, alimentação dentre outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto/ ou serviço desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada;
- d) O controle de qualidade será realizado de acordo com as características do serviço sendo que em caso de não corresponder as exigências mencionadas o serviço/e ou objeto será recusado ficando a CONTRATADA sujeita a trocá-lo no prazo de 05 (cinco) dias independentemente da aplicação das penalidades previstas;
- e) Executar as atividades em conformidade com o descrito no presente Termo de Referência com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;
- f) Considerar as decisões ou sugestões da Prefeitura Municipal de Belmonte-SC sempre que as mesmas contribuam de maneira significativa na qualificação dos trabalhos e agilidade dos mesmos;
- g) Fornecer mão-de-obra profissional qualificada e habilitada;



- h) Arcar com as despesas de execução dos trabalhos externos próprios, como locação de veículos, combustível, alimentação, equipamentos eletrônicos e acessórios, dentre outras;
- i) Reparar /substituir/alterar os produtos em não-conformidade ou não aprovados, sem ônus para a contratante;
- j) Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletivo, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do contrato, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante;
- k) Exercer rigoroso controle de qualidade sobre as informações apresentadas e atuar sempre dentro dos prazos estabelecidos.
- l) Substituir os serviços em caso de não cumprimento de acordo com a proposta apresentada e/ou inobservância às especificações exigidas;
- m) Assinar o contrato no prazo de até **05** dias úteis da notificação por parte da Administração, sob pena de decair o direito à contratação e submeter-se às cominações da Lei.
- n) Realizar a execução dos serviços de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, acompanhado da Nota Fiscal entregues no local e prazo estipulados na ordem de serviço;
- o) A proponente vencedora deverá executar os serviços nas próprias unidades de saúde, ou, se necessário, deverá coletar os equipamentos para o desempenho dos serviços em local apropriado, mediante autorização do município; os equipamentos devem ser devolvidos no mesmo local ou em local definido pela municipalidade. Ainda, os custos de instalação e desinstalação, se houverem, serão de responsabilidade da vencedora.
- p) A empresa vencedora, durante a execução da prestação de serviços objeto deste certame, deve, obrigatoriamente, observar as regras, especificações técnicas e parâmetros de qualidade previstos nas normas expedidas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como observar as regras, especificações técnicas e parâmetros de qualidade previstos nas normas federais, estaduais e municipais pertinentes.
- q) Se a prestação de serviços resultar em vícios, defeitos ou incorreções, o vencedor deve reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato.
- r) Os certificados e laudos devem conter a identificação da empresa, do cliente, da unidade de saúde em que o equipamento está alocado; identificação do equipamento (modelo, fabricante, número de patrimônio); descrição dos parâmetros checados e do serviço realizado; identificação e assinatura do técnico responsável; dados de rastreabilidade do



padrão utilizado para calibração, dados da calibração. Devem ser entregues à municipalidade no prazo estipulado pela secretaria solicitante.

Belmonte- SC, 21 de junho de 2024.



Taina Luiza Bervig
Enfermeira



**APÊNDICE DO ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2024**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES

A Unidade Básica de Saúde do Município de Belmonte/SC é responsável por fornecer atendimento médico de qualidade à comunidade local. Para cumprir esse compromisso, é essencial que os equipamentos hospitalares estejam em perfeitas condições de funcionamento. A calibração e manutenção regulares desses equipamentos são cruciais para garantir que os diagnósticos sejam precisos e os tratamentos eficazes. Por exemplo, um oxímetro mal calibrado pode levar a leituras incorretas de saturação de oxigênio, afetando diretamente a tomada de decisão médica e a segurança do paciente. Portanto, a contratação de serviços especializados de calibração e manutenção é fundamental para garantir a qualidade e a segurança dos serviços de saúde prestados pela unidade.

2 - ÁREA REQUISITANTE

2.1. Secretaria Municipal de Saúde

3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Visando atender à contratação, por meio de processo licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, de empresa para fornecimento de consultoria e assessoria, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

A) Em se tratando dos requisitos da contratação da empresa, ela se dará pelo licitante que preencha as condições legais de documentação jurídica, fiscal, econômico-financeira, e demais requisitos conforme edital.

B) As licitantes devem cotar em suas propostas, bem, como executar os serviços com qualidade, e de acordo com as descrições apresentadas de cada item.

C) Todo o serviço deverá ser entregue conforme especificados em Termo de Referência, de acordo com o interesse e demanda da Administração, respeitando as informações contidas na Ordem de Fornecimento ou contrato.

D) A equipe técnica responsável pela execução dos serviços deve ser altamente qualificada e experiente, possuindo formação técnica ou acadêmica na área biomédica ou engenharia clínica. Certificações específicas de fabricantes de equipamentos são altamente desejáveis. Além disso, os técnicos devem passar por treinamentos regulares para se manterem atualizados com as últimas tecnologias e práticas de calibração e manutenção.

4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO



4.1. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa formal com 09 fornecedores especializados na área. Destes, 08 foram contatados por e-mail, recebendo uma descrição detalhada dos serviços requeridos e um pedido de orçamento para os 57 itens necessários para a unidade de saúde. No entanto, apenas quatro empresas demonstraram interesse em participar do processo de cotação. As demais empresas declinaram, apresentando razões variadas, como a distância geográfica até o município, questões logísticas ou falta de interesse em atender às especificações exigidas. Diante dessa situação, decidiu-se que, para a composição dos valores de referência, os itens que tiveram mais de um orçamento disponível seriam considerados a média desses valores, enquanto os itens com apenas uma cotação manteriam o valor da única cotação recebida.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução proposta consiste na contratação de uma empresa especializada em calibração e manutenção de equipamentos hospitalares para atender às necessidades da Unidade Básica de Saúde de Belmonte/SC. Essa empresa será responsável por garantir a precisão, confiabilidade e segurança dos equipamentos médicos utilizados na unidade de saúde.

A empresa contratada realizará calibrações periódicas, manutenções preventivas e corretivas em uma ampla variedade de equipamentos hospitalares, incluindo, mas não se limitando a oxímetros, eletrocardiógrafos, autoclaves, entre outros. Esses serviços serão executados por uma equipe técnica qualificada e experiente, que possui conhecimentos especializados em diferentes tipos de equipamentos médicos.

Além disso, a solução abrange a totalidade dos equipamentos hospitalares utilizados pela Unidade Básica de Saúde, garantindo a cobertura completa e eficaz dos serviços. A empresa contratada utilizará equipamentos de última geração e tecnologias avançadas para realizar os serviços de calibração e manutenção, assegurando a conformidade com os mais altos padrões de qualidade e segurança.

A contratação dos serviços será realizada por meio de um processo de licitação transparente e competitivo, garantindo a escolha da empresa mais qualificada e apta a atender às necessidades específicas da Unidade Básica de Saúde de Belmonte/SC. A empresa contratada fornecerá serviços de alta qualidade e desempenho, atendendo aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos pela administração.

Dessa forma, a solução proposta visa garantir a operacionalidade e a segurança dos equipamentos hospitalares, proporcionando um ambiente de trabalho seguro e eficiente para os profissionais de saúde e garantindo a qualidade dos serviços prestados à comunidade atendida pela Unidade Básica de Saúde de Belmonte/SC.

6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. Abaixo segue lista do itens e quantidades a serem licitadas;



ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE
1	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO ADULTO DIGITAL, GTHEC BSP11	SVÇ	02
2	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO ADULTO MANUAL, MEDICAT	SVÇ	02
3	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL, PREMIUM	SVÇ	02
4	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO OBESO MANUAL, PREMIUN	SVÇ	02
5	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO ELETROCARDIOGRAMA, CMOS-DRAKE-ELISHA	SVÇ	02
6	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO ELETROCARDIOGRAMA, SMARTMED/WINCARDIO	SVÇ	02
7	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO ADULTO DIGITAL, MULTILASER HC090	SVÇ	02
8	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO ADULTO DIGITAL, OMRON HEM 7122	SVÇ	02
9	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO ADULTO MANUAL, PREMIUN	SVÇ	02
10	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO DIGITAL, GTECH	SVÇ	02
11	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO MANUAL, MEDCATE	SVÇ	02
12	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA ASPIRADORA VÁCUO, NEVONI 1001 VF-PE	SVÇ	02



13	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA AUTOCLAVE, FLEX 75 LITROS	SVÇ	02
14	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA AUTOCLAVE, MESA DIGITAL MODELO 1.2	SVÇ	02
15	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA BALANÇA ADULTA, MICHELETI MODELO MIC200PPA	SVÇ	02
16	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA BALANÇA CRIANÇA, BALMAK MOELO ELP 25BB	SVÇ	02
17	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA BOMBA DE INFUSÃO, MDK MED	SVÇ	02
18	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CARDIOVERSOR, VAI VIM	SVÇ	02
19	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA COLPOSCÓPIO BINOCULAR, PE 7000F PEJ	SVÇ	02
20	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA DEA(DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO), LIFE 400	SVÇ	02
21	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA FOCO DE LUZ, GAHALUMY	SVÇ	02
22	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA FOCO DE LUZ, VAGALUMY	SVÇ	02
23	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA GLICOSÍMETRO, ACCU-CHECK MODELO MGB	SVÇ	02
24	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA GLICOSÍMETRO, ACCU-CHEK-ACTIVE	SVÇ	02
25	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA MONITOR DE TRIAGEM, VAI VIM	SVÇ	02
26	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA MONITOR MULTIPARÂMETROS, MODELO K12 CREATIVE MEDICALE	SVÇ	02



27	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA NEBULIZADOR DE CHÃO, INALATION	SVÇ	02
28	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA NEBULIZADOR DE MESA, GTECH	SVÇ	02
29	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OFTALMOSCÓPIO, RI-MINI RIESTER	SVÇ	02
30	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OTOSCÓPIO, MD LED	SVÇ	02
31	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DE DEDO, CHOICEMED MD 288C1C	SVÇ	02
32	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DE DEDO, MULTILASER M0X06	SVÇ	02
33	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DE MESA, ALFAMED CS01	SVÇ	02
34	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DEDO, STI MEDICA	SVÇ	02
35	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO MESA, VT100	SVÇ	02
36	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA SONAR DOPLER DIGITAL, FD 200B	SVÇ	02
37	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA SONAR, FD 200B	SVÇ	02
38	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA TERMÔMETRO DIGITAL, BIOLAND	SVÇ	02
39	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA TERMÔMETRO DIGITAL, BIOLAND E127	SVÇ	02
40	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO RAIOS X MÓVEL, GNATUS	SVÇ	02
41	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CADEIRA ODONTOLÓGICA,	SVÇ	02



	KAVO DENTAL EXCELLENCE		
42	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CÂMARA FRIA, ELBER, CSV, 150 LITROS	SVÇ	02
43	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CÂMARA FRIA, MARCA BIOTECNO, MODELO BT 1100/340	SVÇ	02
44	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CENTRÍFUGA LABORATORIAL, DAIKI 80-2B-1000RPM	SVÇ	02
45	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA COMPRESSOR DE AR, DENTEMED 40 LITROS	SVÇ	02
46	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA COMPRESSOR DE AR, NEVONI 1001 VF-PE	SVÇ	02
47	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA SELADORA, CONTINUA REGISTRON RG FR0900	SVÇ	02
48	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA TABLETS, SAMSUNG	SVÇ	02
49	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA ULTRASSON DENTAL, JETLAX SONIC SHUCTER	SVÇ	02
50	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA ULTRASSON TERAPÊUTICO, IBAMED	SVÇ	02

6.2. A quantidade é uma mera estimativa não obrigando o município a adquirir sua totalidade.

7 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A despesa total estimada da contratação é de **18.847,38 (dezoito mil oitocentos e quarenta e sete reais com trinta e oito centavos)**

8 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A contratação se dará de forma parcelada por se tratar de um Registro de Preço, cujo serviços, acontecerão conforme necessidade da secretaria de saúde, mediante prévia notificação da secretaria ao fornecedor.



9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. No âmbito deste estudo como um todo, não se vislumbra como necessário proceder a outras contratações para se atingir o fim almejado, uma vez que o objeto de contratação em questão vem prontos para sua utilização.

10 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. O município não implementou o plano anual de contratações até o momento.

11 - RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Pretende-se que seja selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração, tanto em relação aos custos quanto em relação aos aspectos qualitativos do serviço e/ou item a ser adquirido durante todo o processo.

11.2. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

11.3. A manutenção regular dos equipamentos hospitalares contribuirá para a melhoria da eficiência operacional da Unidade Básica de Saúde, garantindo que os profissionais de saúde possam realizar seus trabalhos de forma eficaz e sem interrupções causadas por falhas nos equipamentos.

Os serviços de calibração e manutenção serão realizados de acordo com as normas e regulamentações aplicáveis, garantindo a conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos para equipamentos médicos. Isso assegurará a qualidade e a segurança dos serviços de saúde prestados pela Unidade Básica de Saúde.

Espera-se que a garantia da qualidade e a disponibilidade dos equipamentos hospitalares resultem em maior satisfação tanto dos usuários dos serviços de saúde quanto dos profissionais que trabalham na Unidade Básica de Saúde. Equipamentos confiáveis e em bom estado de funcionamento contribuem para um ambiente de trabalho seguro e eficiente.

12 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Através deste estudo constatou-se que não será necessárias adaptações ou providencias Adotadas.

13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS



13.1. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE / POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

(X) Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 9 IN ME/SEGES nº 58/2022.

() Esta Equipe de planejamento declara **INVIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 9 IN ME/SEGES nº 58/2022.

15 - RESPONSÁVEIS

Taina Luiza Bervig

Enfermeira



ANEXO VIII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2024

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELMONTE-SC**, E DE OUTRO LADO A EMPRESA _____.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELMONTE-SC, inscrita no CNPJ sob nº 32.066.637/0002-58, neste ato representado pelo Senhora **JULIANA SCARANTI**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Cidade de Belmonte-SC, portador do CPF nº 045.880.609-96 e Cédula de Identidade sob nº 4.675.100, expedida pela SSP/SC, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 213/2024, de 03 de abril de 2024, portadora da Matrícula Funcional nº 1211/02, a seguir, denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua _____ CNPJ/MF sob o nº _____, ora denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo(a) Sr(a) _____, CPF nº _____, carteira de identidade nº _____, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos. E em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 do Decreto Municipal nº 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Contrato**, decorrente do **Processo Licitatório Nº XX/2024, Pregão Eletrônico Nº XX/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC**, de acordo com anexo VII, Termo de Referência do edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:



Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, conforme permite o artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:



- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, nos termos do artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

3. CLAÚSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.



3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021., quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

5. CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando



subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;



5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.



6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da

ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

7. CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.



7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até



10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

9. CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n. 14.133 de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;



c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

10.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

10.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

10.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 137 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

10.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

10.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

10.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.



10.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

10.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

10.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

11. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EFICÁCIA

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Belmonte-SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assimam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Belmonte, ____ de _____ de 2024.

Juliana Scaranti
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Empresa

TEREZINHA F. P. KLEIN
OAB/SC 36.087
Visto Jurídico



ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2024

MINUTA CONTRATUAL CONTRATO Nº. XX/2024

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
FAZEM, DE UM LADO O **FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE**, E DE OUTRO
LADO A EMPRESA _____.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede administrativa localizada na Rua Engenheiro Francisco Passos, nº 133, Bairro Centro, CEP nº 89925-000, Centro, Belmonte/SC, inscrito no CNPJ sob o Nº nº **80.912.108/0001-90**, neste ato representado pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxx, Secretário/e ou prefeito de Administração, nomeado(a) pela Portaria nº, de..... de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, denominada **CONTRATANTE. E A EMPRESA** _____, estabelecida na Rua _____, inscrita no CNPJ sob o Nº. _____, ora denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr. (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos. E em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 do Decreto Municipal nº 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC**, de acordo com anexo VII, Termo de Referência do edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, que é parte integrante deste contrato, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.



1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO ADULTO DIGITAL, GTHEC BSP11	SVÇ	02		
2	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO ADULTO MANUAL, MEDICAT	SVÇ	02		
3	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL, PREMIUM	SVÇ	02		
4	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO DE PRESSÃO OBESO MANUAL, PREMIUN	SVÇ	02		
5	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO ELETROCARDIOGRAMA, CMOS-DRAKE-ELISHA	SVÇ	02		
6	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO ELETROCARDIOGRAMA, SMARTMED/WINCARDIO	SVÇ	02		
7	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO ADULTO DIGITAL, MULTILASER HC090	SVÇ	02		



8	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO ADULTO DIGITAL, OMRON HEM 7122	SVÇ	02		
9	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO ADULTO MANUAL, PREMIUN	SVÇ	02		
10	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO DIGITAL, GTECH	SVÇ	02		
11	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO PRESSÃO MANUAL, MEDCATE	SVÇ	02		
12	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA ASPIRADORA VÁCUO, NEVONI 1001 VF-PE	SVÇ	02		
13	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA AUTOCLAVE, FLEX 75 LITROS	SVÇ	02		
14	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA AUTOCLAVE, MESA DIGITAL MODELO 1.2	SVÇ	02		
15	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA BALANÇA ADULTA, MICHELETI MODELO MIC200PPA	SVÇ	02		
16	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA BALANÇA CRIANÇA, BALMAK MOELO ELP 25BB	SVÇ	02		
17	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA BOMBA DE INFUSÃO,	SVÇ	02		



	MDK MED				
18	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CARDIOVERSOR, VAI VIM	SVÇ	02		
19	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA COLPOSCÓPIO BINOCULAR, PE 7000F PEJ	SVÇ	02		
20	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA DEA(DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO), LIFE 400	SVÇ	02		
21	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA FOCO DE LUZ, GAHALUMY	SVÇ	02		
22	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA FOCO DE LUZ, VAGALUMY	SVÇ	02		
23	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA GLICOSÍMETRO, ACCU-CHECK MODELO MGB	SVÇ	02		
24	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA GLICOSÍMETRO, ACCU-CHEK-ACTIVE	SVÇ	02		
25	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA MONITOR DE TRIAGEM, VAI VIM	SVÇ	02		
26	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA MONITOR MULTIPARÂMETROS, MODELO K12 CREATIVE MEDICALE	SVÇ	02		
27	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA NEBULIZADOR DE CHÃO,	SVÇ	02		



	INALATION				
28	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA NEBULIZADOR DE MESA, GTECH	SVÇ	02		
29	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OFTALMOSCÓPIO, RI-MINI RIESTER	SVÇ	02		
30	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OTOSCÓPIO, MD LED	SVÇ	02		
31	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DE DEDO, CHOICEMED MD 288C1C	SVÇ	02		
32	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DE DEDO, MULTILASER MOX06	SVÇ	02		
33	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DE MESA, ALFAMED CS01	SVÇ	02		
34	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO DEDO, STI MEDICA	SVÇ	02		
35	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA OXÍMETRO MESA, VT100	SVÇ	02		
36	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA SONAR DOPLLER DIGITAL, FD 200B	SVÇ	02		
37	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA SONAR, FD 200B	SVÇ	02		



38	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA TERMÔMETRO DIGITAL, BIOLAND	SVÇ	02		
39	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA TERMÔMETRO DIGITAL, BIOLAND E127	SVÇ	02		
40	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA APARELHO RAIOS X MÓVEL, GNATUS	SVÇ	02		
41	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CADEIRA ODONTOLÓGICA, KAVO DENTAL EXCELLENCE	SVÇ	02		
42	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CÂMARA FRIA, ELBER, CSV, 150 LITROS	SVÇ	02		
43	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CÂMARA FRIA, MARCA BIOTECNO, MODELO BT 1100/340	SVÇ	02		
44	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA CENTRÍFUGA LABORATORIAL, DAIKI 80-2B-1000RPM	SVÇ	02		
45	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA COMPRESSOR DE AR, DENTEMED 40 LITROS	SVÇ	02		
46	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA COMPRESSOR DE AR, NEVONI 1001 VF-PE	SVÇ	02		



47	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA SELADORA, CONTINUA REGISTRON RG FR0900	SVÇ	02		
48	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA TABLETS, SAMSUNG	SVÇ	02		
49	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA ULTRASSON DENTAL, JETLAX SONIC SHUCTER	SVÇ	02		
50	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO/MANUTENÇÃO PREVENTIVA ULTRASSON TERAPÊUTICO, IBAMED	SVÇ	02		
VALOR TOTAL		R\$			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, sem anuência da administração.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)



5.1. O valor total da contratação é de **R\$..... (.....)**, Firmado através do Processo Licitatório de N^o XX/2024.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, alimentação e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos conforme necessidade da administração.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por termo de aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:



- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 trinta dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 trinta dias.



8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo

Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com a legislação vigente, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;



9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos,



devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.23. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.25. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.26. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, **quando for o caso**;

9.29. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na

9.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;(quando for o caso).

9.32. A proponente vencedora deverá executar os serviços nas próprias unidades de saúde, ou, se necessário, deverá coletar os equipamentos para o desempenho dos serviços em local apropriado, mediante autorização do município; os equipamentos devem ser devolvidos no mesmo local ou em local definido pela municipalidade. Ainda, os custos de instalação e desinstalação, se houverem, serão de responsabilidade da vencedora.

9.33. A empresa vencedora, durante a execução da prestação de serviços objeto deste certame, deve, obrigatoriamente, observar as regras, especificações técnicas e parâmetros de qualidade previstos nas normas expedidas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como observar as regras, especificações técnicas e parâmetros de qualidade previstos nas normas federais, estaduais e municipais pertinentes.

9.34. Se a prestação de serviços resultar em vícios, defeitos ou incorreções, o vencedor deve



reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato.

9.35. Os certificados e laudos devem conter a identificação da empresa, do cliente, da unidade de saúde em que o equipamento está alocado; identificação do equipamento (modelo, fabricante, número de patrimônio); descrição dos parâmetros checados e do serviço realizado; identificação e assinatura do técnico responsável; dados de rastreabilidade do padrão utilizado para calibração, dados da calibração. Devem ser entregues à municipalidade no prazo estipulado pela secretaria solicitante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto/serviço da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “d” do subitem 11.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
 4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):



- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- **Para contratos não-contínuos por escopo;**

12.1.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto

12.1.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

12.1.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:



- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

- **Para contratos a termo de serviços ou fornecimentos contínuos;**

12.2.1.0 contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, **sempre que possível**, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

12.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.



12.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

12.9.1. A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021);

e

12.9.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art.121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

12.11. O contratante poderá ainda:

12.11.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

12.11.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

12.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados deste exercício do ano de 2024.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)



14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da comarca de Descanso/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belmonte - SC, ___ de _____ de 2024.



Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

Empresa Contratada

Testemunhas:

1-

2-

DECLARO que sou Gestor(a) do presente Contrato,
De conformidade com o Decreto Municipal nº 003/2021
de 04 de janeiro de 2021, recebi uma cópia e estou in-
cumbido de fiscalizar e gerir o cumprimento deste no que
se refere a Secretaria a qual estou vinculado.

Nome

Cargo

Matrícula nº

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato,
De conformidade com o Decreto Municipal nº 003/2021
de 04 de janeiro de 2021, recebi uma cópia e estou in-
cumbido de fiscalizar e gerir o cumprimento deste no que
se refere a Secretaria a qual estou vinculado.

Nome

Cargo

Matrícula nº

TEREZINHA F. P. KLEIN
OAB/SC 36.087
Visto Jurídico